

Caro(a) Leitor(a),

Nesta edição selecionamos seis artigos que se relacionam com a saúde materno-infantil para que você reflita um pouco mais sobre os desdobramentos dos achados dessas investigações.

Observe que a maioria dos autores finalizam o texto, apontando que tomadores de decisões, como formuladores de políticas públicas, possam se embasar das evidências encontradas para propor ações de intervenção. Esse é sem dúvida um caminho a ser seguido!

De fato, resultados de pesquisas e experiências exitosas deveriam embasar discussões sobre a saúde materno-infantil na arena política. Mas infelizmente, ainda é um grande desafio sensibilizar os gestores de instituições de saúde quanto ao fato de que a disfunção sexual no puerpério sofre alterações biopsicossociais inerentes ao pós-parto, e que a cesárea não deve ser indicada com ênfase na preservação da função sexual, como reporta o artigo “Fatores relacionados à disfunção sexual no puerpério: uma revisão integrativa”. Da mesma maneira, há a possibilidade de que manejos advindos de tecnologias leves, como o método canguru, não alcance a visibilidade que deveria alcançar, como mencionado no artigo “O descompasso do método canguru na percepção dos pais”.

Também há dúvidas quanto às chefias hierarquicamente superiores, na área da saúde, não estarem cientes de que as seis consultas de pré-natal obrigatórias na Atenção Primária à Saúde (APS) não estão sendo eficientes, havendo a necessidade de se qualificar com urgência os profissionais, e melhorar as condições de trabalho, como reafirma o artigo “Prematuridade e fatores associados ao pré-natal em um hospital maternidade de referência”. Da mesma maneira, creio que é de conhecimento que o cuidado com a saúde bucal é imperativo na gestação, e que há falhas na formação e atuação destes profissionais na assistência da APS, conforme demonstra o artigo “Desafios da equipe de saúde bucal na assistência à gestante: revisão integrativa”.

Diante de um cenário preocupante, apontado por agências das Nações Unidas, em que uma mulher morre a cada dois minutos durante a gravidez ou parto, é necessário ir além do apenas “saber” por parte dos gestores. Fica nossa sugestão: que todos nós, sejamos defensores desta causa, sendo também potenciais “formuladores de políticas” em diferentes espaços sociais.

Vamos passar a cobrar o estado por programas como o “Bem Nascer”, participar de Comitês em defesa da mulher e da criança, ou ao menos, ajudar o nosso próximo a expandir o seu próprio olhar sobre esta temática, promovendo essas discussões, além de contribuir com o aumento do alcance desta edição. Quem sabe seja esse, o início de uma transformação na proteção e promoção da saúde materno-infantil, em que todos nós, possamos ser corresponsáveis por esse cuidado tão essencial e importante para nossa sociedade.

Boa leitura!

Inara Pereira da Cunha
Editora Chefe